

A SEMANA – 98

John Gledson

Esta crônica quase não precisa de introdução: apostaríamos que o cronista não inventou a cena, mas que aconteceu tal e qual ele a conta. Vale a pena notar que Machado, prudentemente, omite a república dos regimes que não oferecem proteção nenhuma ao burro. Será coincidência que morra na praça Quinze de Novembro?

Esta crônica consta de *A Semana*, de Mário de Alencar, p. 131-134.



A SEMANA

8 de abril de 1894

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Quinta-feira à tarde, pouco mais de três horas, vi uma coisa tão interessante, que determinei logo de começar por ela esta crônica. Agora, porém, no momento de pegar na pena, receio achar no leitor menor gosto que eu para um espetáculo, que lhe parecerá vulgar, e porventura torpe. Releve-me a impertinência; os gostos não são iguais.

Entre a grade do jardim da praça Quinze de Novembro e o lugar onde era o antigo passadiço¹, ao pé dos trilhos de bondes, estava um burro deitado. O lugar não era próprio para remanso de burros, donde concluí que não estaria deitado, mas caído. Instantes depois, vimos (eu ia com um amigo), vimos o burro levantar a cabeça e meio corpo. Os ossos furavam-lhe a pele, os olhos meio mortos fechavam-se de quando em quando. O infeliz cabeceava, mas tão frouxamente, que parecia estar próximo do fim.

Diante do animal havia algum capim espalhado e uma lata com água. Logo, não foi abandonado inteiramente; alguma piedade houve no dono ou quem quer que é que o deixou na praça, com essa última refeição à vista. Não foi pequena ação. Se o autor dela é homem que leia crônicas, e acaso ler esta, receba daqui um aperto de mão. O burro não comeu do capim, nem bebeu da água; estava já para outros capins e outras águas, em campos mais largos e eternos.

Meia dúzia de curiosos tinham parado ao pé do animal. Um deles, menino de dez anos, empunhava uma vara, e se não sentia o desejo de dar com ela na anca do burro para espertá-lo² então eu não sei conhecer meninos, porque ele não estava do lado do pescoço, mas justamente do lado da anca. Diga-se a verdade; não o fez, – ao menos enquanto ali estive, que foram poucos minutos. Esses poucos minutos, porém, valeram por uma hora ou duas. Se há justiça na terra, valerão por um século, tal foi a descoberta que me pareceu fazer, e aqui deixo recomendada aos estudiosos.

¹ Este passadiço, construído em 1856, ligava o convento do Carmo à igreja de N. S. do Carmo, ambos na rua Primeiro de Março. Tinha sido do uso exclusivo da família imperial – por isso, em 1890, foi demolido. “Antigo”, não era tanto.

² Está assim no jornal (e na antologia de Mário de Alencar). Aurélio substitui por “desperta-lo”.

O que me pareceu, é que o burro fazia exame de consciência. Indiferente aos curiosos, como ao capim e à água, tinha no olhar a expressão dos meditativos. Era um trabalho interior e profundo. Este remoque popular: *por pensar morreu um burro*³ mostra que o fenômeno foi mal entendido dos que a princípio o viram; o pensamento não é a causa da morte, a morte é que o torna necessário. Quanto à matéria do pensamento, não há dúvida que é o exame da consciência. Agora, qual foi o exame da consciência daquele burro, é o que presumo ter lido no escasso tempo que ali gastei. Sou outro Champollion,⁴ porventura maior; não decifrei palavras escritas, mas ideias íntimas de criatura que não podia exprimi-las verbalmente.

E diria o burro consigo:

“Por mais que vasculhe a consciência, não acho pecado que mereça remorso. Não furtei, não menti, não matei, não caluniei, não ofendi nenhuma pessoa. Em toda a minha vida, se dei três coices, foi o mais, e isso mesmo antes de haver aprendido maneiras de cidade e de saber o destino do verdadeiro burro, que é apanhar e calar. Quanto ao zurro, usei dele como linguagem. Ultimamente é que percebi que me não entendiam, e continuei a zurrar por ser costume velho, não com ideia de agravar ninguém. Nunca dei com homem no chão. Quando passei do tálburi ao bonde, houve algumas vezes homem morto ou pisado na rua, mas a prova de que a culpa não era minha, é que nunca segui o cocheiro na fuga;⁵ deixava-me estar aguardando a autoridade.

“Passando a ordem mais elevada de ações, não acho em mim a menor lembrança de haver pensado sequer na perturbação da paz pública. Além de ser a minha índole contrária a arruaças, a própria reflexão me diz que, não havendo nenhuma revolução declarado os direitos do burro, tais direitos não existem. Nenhum golpe de Estado foi dado em favor dele; nenhuma coroa os abrigou.⁶ Monarquia, democracia, oligarquia, nenhuma forma de governo teve em conta os interesses da minha espécie. Qualquer que seja o regímen, ronca o pau. O pau é a minha instituição, um pouco temperada pela teima, que é, em resumo, o meu único defeito. Quando não teimava, mordida o freio, dando assim um bonito exemplo de submissão e conformidade. Nunca perguntei por sóis nem chuvas; bastava sentir o freguês no tálburi ou o apito do bonde, para sair logo. Até aqui os males que não fiz; vejamos os bens que pratiquei.

“A mais de uma aventura amorosa terei servido, levando depressa o tálburi e o namorado à casa da namorada – ou simplesmente empacando em lugar onde o moço que ia no bonde podia mirar a moça que estava na janela. Não poucos devedores terei conduzido para longe de um credor importuno. Ensinei filosofia a muita gente, esta

³ Frase que significa “não se deve pensar demais, e deixar de agir”.

⁴ Jean-François Champollion (1790-1832), egiptólogo francês, decifrador da pedra de Roseta, que possibilitou a leitura dos hieróglifos.

⁵ Este é um lugar-comum dos jornais da época: os cocheiros responsáveis pelos frequentes acidentes de bonde costumavam fugir do cenário do acidente, e eram acobertados pelas companhias.

⁶ Está assim no jornal. Mário de Alencar e Aurélio têm “obrigou”.

filosofia que consiste na gravidade do porte e na quietação dos sentidos. Quando algum homem, desses que chamam patuscos, queria fazer rir os amigos, fui sempre eu⁷ auxílio dele, deixando que me desse tapas e punhadas na cara. Enfim...”

Não percebi o resto, e fui andando, não menos alvoroçado que pesaroso. Contente da descoberta, não podia forrar-me⁸ à tristeza de ver que um burro tão bom pensador ia morrer. A consideração, porém, de que todos os burros devem ter os mesmos dotes principais, fez-me ver que os que ficavam, não seriam menos exemplares que esse. Por que se não investigará mais profundamente o moral do burro? Da abelha já se escreveu que é superior ao homem, e da formiga também, coletivamente falando, isto é, que as suas instituições políticas são superiores às nossas, mais *rationais*.⁹ Por que não sucederá o mesmo ao burro, que é maior?

Sexta-feira, passando pela praça Quinze de Novembro, achei o animal já morto.

Dois meninos, parados, contemplavam o cadáver, espetáculo repugnante; mas a infância, como a ciência, é curiosa sem asco. De tarde já não havia cadáver nem nada. Assim passam os trabalhos deste mundo. Sem exagerar o mérito do finado, força é dizer que, se ele não inventou a pólvora, também não inventou a dinamite. Já é alguma coisa neste final de século. *Requiescat in pace.*



⁷ Assim no jornal. Mário de Alencar e Aurélio ambos têm “em”. Ambas as leituras são possíveis, sem dúvida, mas como o jornal faz perfeito sentido, e é até mais pungente, decidimos manter.

⁸ Assim no jornal e em Aurélio. Mário de Alencar tem “furtar-me”.

⁹ Esta ideia possivelmente tem sua origem num livro que Machado cita mais de uma vez (em “A sereníssima república” e *Quincas Borba*): *A vida psíquica dos animais*, do filósofo materialista alemão Ludwig Büchner, que o escritor possuía na sua biblioteca. O livro trata sobretudo da organização das colônias de insetos, inclusive abelhas e formigas.